



aprova
concursos

MP-PA

ANALISTA JURÍDICO

Ministério Público do
Estado do Pará



Edital **verticalizado**

CONHECIMENTOS BÁSICOS

LÍNGUA PORTUGUESA

- 1 Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados.
- 2 Reconhecimento de tipos e gêneros textuais.
- 3 Domínio da ortografia oficial.
- 4 Domínio dos mecanismos de coesão textual.
 - 4.1 Emprego de elementos de referência, substituição e repetição, de conectores e de outros elementos de sequenciação textual.
 - 4.2 Emprego de tempos e modos verbais.
- 5 Domínio da estrutura morfossintática do período.
 - 5.1 Emprego das classes de palavras.
 - 5.2 Relações de coordenação entre orações e entre termos da oração.
 - 5.3 Relações de subordinação entre orações e entre termos da oração.
 - 5.4 Emprego dos sinais de pontuação.
 - 5.5 Concordância verbal e nominal.
 - 5.6 Regência verbal e nominal.
 - 5.7 Emprego do sinal indicativo de crase.
 - 5.8 Colocação dos pronomes átonos.
- 6 Reescrita de frases e parágrafos do texto.
 - 6.1 Significação das palavras.
 - 6.2 Substituição de palavras ou de trechos de texto.
 - 6.3 Reorganização da estrutura de orações e de períodos do texto.
 - 6.4 Reescrita de textos de diferentes gêneros e níveis de formalidade.

ÉTICA E LEGISLAÇÃO

- 1 Ética, princípios e valores.
- 2 Ética e função pública.
- 3 Ética no setor público.
 - 3.1 Decreto nº 1.171/1994 e suas alterações (Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal).
- 4 Lei Federal nº 8.429/1992 e suas alterações.
 - 4.1 Disposições gerais.

4.2 Atos de improbidade administrativa.

5 Lei Federal nº 9.784/1999 e suas alterações (processo administrativo).

6 Lei Federal nº 13.140/2015: dispõe sobre a mediação entre particulares como meio de solução de controvérsias e sobre a autocomposição de conflitos no âmbito da administração pública.

LEGISLAÇÃO ESTADUAL E INSTITUCIONAL

Lei Estadual nº 5.810/1994 – Dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Cíveis da Administração Direta, das Autarquias e das Fundações Públicas do Estado do Pará.

Lei Estadual nº 9.341/2021 – Institui o Estatuto da Equidade Racial no Estado do Pará, adota os preceitos da Lei Federal nº 12.288, de 20 de julho de 2010, e altera a Lei Estadual nº 6.941, de 17 de janeiro de 2007.

Lei Complementar Estadual nº 057/2006 – Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará.

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

1 Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

1.1 Princípios fundamentais.

2 Aplicabilidade das normas constitucionais.

2.1 Normas de eficácia plena, contida e limitada.

2.2 Normas programáticas.

3 Direitos e garantias fundamentais.

3.1 Direitos e deveres individuais e coletivos, direitos sociais, direitos de nacionalidade, direitos políticos, partidos políticos.

4 Organização político-administrativa do Estado.

4.1 Estado federal brasileiro, União, estados, Distrito Federal, municípios e territórios.

5 Poder executivo.

5.1 Atribuições e responsabilidades do presidente da República.

6 Poder legislativo.

6.1 Estrutura.

6.2 Funcionamento e atribuições.

6.3 Processo legislativo.

6.4 Fiscalização contábil, financeira e orçamentária.

6.5 Comissões parlamentares de inquérito.

- 7 Poder judiciário.
 - 7.1 Disposições gerais.
 - 7.2 Órgãos do poder judiciário.
 - 7.2.1 Conselho Nacional de Justiça (CNJ).
 - 7.2.1.1 Composição e competências.
- 8 Funções essenciais à justiça.
 - 8.1 Ministério Público.
 - 8.1.1 Disposições gerais.
 - 8.1.2 Princípios, garantias, vedações, organização e competências.
 - 8.1.3 Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP).
 - 8.2 Advocacia Pública.
 - 8.3 Defensoria Pública.

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

- 1 Estado, governo e administração pública.
 - 1.1 Conceitos.
- 2 Direito administrativo.
 - 2.1 Conceito.
 - 2.2 Objeto.
 - 2.3 Fontes.
- 3 Ato administrativo.
 - 3.1 Conceito, requisitos, atributos, classificação e espécies.
 - 3.2 Extinção do ato administrativo: cassação, anulação, revogação e convalidação.
 - 3.3 Decadência administrativa.
- 4 Agentes públicos.
 - 4.1 Legislação pertinente.
 - 4.1.1 Lei nº 8.112/1990.
 - 4.1.2 Disposições constitucionais aplicáveis.
 - 4.2 Disposições doutrinárias.
 - 4.2.1 Conceito.
 - 4.2.2 Espécies.
 - 4.2.3 Cargo, emprego e função pública.
 - 4.2.4 Provimento.
 - 4.2.5 Vacância.
 - 4.2.6 Efetividade, estabilidade e vitaliciedade.
 - 4.2.7 Remuneração.

- 4.2.8 Direitos e deveres.
- 4.2.9 Responsabilidade.
- 4.2.10 Processo administrativo disciplinar.
- 5 Poderes da administração pública.
- 5.1 Hierárquico, disciplinar, regulamentar e de polícia.
- 5.2 Uso e abuso do poder.
- 6 Regime jurídico-administrativo.
- 6.1 Conceito.
- 6.2 Princípios expressos e implícitos da administração pública.
- 7 Responsabilidade civil do Estado.
- 7.1 Evolução histórica.
- 7.2 Responsabilidade por ato comissivo do Estado.
- 7.3 Responsabilidade por omissão do Estado.
- 7.4 Requisitos para a demonstração da responsabilidade do Estado.
- 7.5 Causas excludentes e atenuantes da responsabilidade do Estado.
- 7.6 Reparação do dano.
- 7.7 Direito de regresso.
- 8 Serviços públicos.
- 8.1 Conceito.
- 8.2 Elementos constitutivos.
- 8.3 Formas de prestação e meios de execução.
- 8.4 Delegação: concessão, permissão e autorização.
- 8.5 Classificação.
- 8.6 Princípios.
- 9 Organização administrativa.
- 9.1 Centralização, descentralização, concentração e desconcentração.
- 9.2 Administração direta e indireta.
- 9.3 Autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista.
- 9.4 Entidades paraestatais e terceiro setor: serviços sociais autônomos, entidades de apoio, organizações sociais, organizações da sociedade civil de interesse público.
- 10 Controle da administração pública.
- 10.1 Controle exercido pela administração pública.
- 10.2 Controle judicial.
- 10.3 Controle legislativo.

11 Noções de Licitações e contratos administrativos segundo as Leis nº 8.666/1993 e nº 14.133/2021.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO ADMINISTRATIVO

- 1 Estado, governo e administração pública.
 - 1.1 Conceitos.
- 2 Direito administrativo.
 - 2.1 Conceito.
 - 2.2 Objeto.
 - 2.3 Fontes.
- 3 Ato administrativo.
 - 3.1 Conceito, requisitos, atributos, classificação e espécies.
 - 3.2 Extinção do ato administrativo.
 - 3.2.1 Cassação, anulação, revogação e convalidação.
 - 3.3 Decadência administrativa.
- 4 Agentes públicos.
 - 4.1 Conceito.
 - 4.2 Espécies.
 - 4.3 Cargo, emprego e função pública.
 - 4.3.1 Provimento.
 - 4.3.2 Vacância.
 - 4.3.3 Efetividade, estabilidade e vitaliciedade.
 - 4.4 Remuneração.
 - 4.5 Direitos e deveres.
 - 4.6 Responsabilidade.
 - 4.7 Processo administrativo disciplinar.
 - 4.8 Disposições constitucionais aplicáveis.
- 5 Poderes da administração pública.
 - 5.1 Hierárquico, disciplinar, regulamentar e de polícia.
 - 5.2 Uso e abuso de poder.
- 6 Regime jurídico-administrativo.
 - 6.1 Conceito.
 - 6.2 Princípios expressos e implícitos da administração pública.



7 Responsabilidade civil do Estado.

7.1 Evolução histórica.

7.2 Responsabilidade por ato comissivo do Estado.

7.3 Responsabilidade por omissão do Estado.

7.4 Requisitos para a demonstração da responsabilidade do Estado.

7.5 Causas excludentes e atenuantes da responsabilidade do Estado.

7.6 Reparação do dano.

7.7 Direito de regresso.

8 Serviços públicos.

8.1 Conceito.

8.2 Elementos constitutivos.

8.3 Formas de prestação e meios de execução.

8.4 Delegação.

8.4.1 Concessão, permissão e autorização.

8.5 Classificação.

8.6 Princípios.

9 Organização administrativa.

9.1 Autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista.

9.2 Entidades paraestatais e terceiro setor.

9.2.1 Serviços sociais autônomos, entidades de apoio, organizações sociais, organizações da sociedade civil de interesse público.

10 Controle da administração pública.

10.1 Controle exercido pela administração pública.

10.2 Controle judicial.

10.3 Controle legislativo.

10.4 Lei nº 8.429/1992 e suas alterações (improbidade administrativa).

11 Lei nº 9.784/1999 e suas alterações (processo administrativo).

12 Licitações e contratos administrativos.

12.1 Lei nº 8.666/1993 e suas alterações.

12.2 Lei nº 10.520/2002 e demais disposições normativas relativas ao pregão.

12.3 Lei nº 12.846/2013 e suas alterações.

Bens públicos. Regime jurídico. Aquisição e alienação. Formas de utilização por particulares.

Intervenção do Estado na propriedade.



DIREITO CONSTITUCIONAL

1 Aplicabilidade das normas constitucionais.

1.1 Normas de eficácia plena, contida e limitada.

1.2 Normas programáticas.

2 Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

2.1 Princípios fundamentais.

2.2 Direitos e garantias fundamentais.

2.3 Organização político-administrativa do Estado.

2.3.1 Estado federal brasileiro, União, estados, Distrito Federal, municípios e territórios.

2.3.2 Intervenção; administração pública (disposições gerais, dos servidores públicos, dos militares dos Estados e do Distrito Federal).

2.4 Poder Executivo.

2.4.1 Atribuições e responsabilidades do presidente da República.

2.5 Poder Legislativo.

2.5.1 Estrutura.

2.5.2 Funcionamento e atribuições.

2.5.3 Processo legislativo.

2.5.4 Fiscalização contábil, financeira e orçamentária.

2.5.5 Comissões parlamentares de inquérito.

2.6 Poder Judiciário.

2.6.1 Disposições gerais.

2.6.2 Órgãos do poder Judiciário.

2.6.2.1 Organização e competências, Conselho Nacional de Justiça.

2.7 Funções essenciais à justiça: Ministério Público e Conselho Nacional do Ministério Público.

Constituição: Conceito, classificação, interpretação e aplicação.

Poder Constituinte.

Controle de constitucionalidade: sistemas e mecanismos; ações do controle concentrado: espécies e efeitos; súmula vinculante; repercussão geral.

Ordem Social: meio ambiente; família, criança, adolescente, jovem e idoso, educação, índios.

Ordem econômica e financeira: princípios gerais da atividade econômica, da política urbana, da política agrícola e fundiária e da reforma agrária.

DIREITO CIVIL

1 Lei de introdução às normas do direito brasileiro.

1.1 Vigência, aplicação, obrigatoriedade, interpretação e integração das leis.

1.2 Conflito das leis no tempo.

1.3 Eficácia das leis no espaço.

2 Pessoas naturais.

2.1 Conceito.

2.2 Início da pessoa natural.

2.3 Personalidade.

2.4 Capacidade.

2.5 Direitos da personalidade.

2.6 Nome civil.

2.7 Estado civil.

2.8 Domicílio.

2.9 Ausência.

3 Pessoas jurídicas.

3.1 Disposições Gerais.

3.2 Conceito e Elementos Caracterizadores.

3.3 Constituição.

3.4 Extinção.

3.5 Capacidade e direitos da personalidade.

3.6 Sociedades de fato.

3.7 Associações.

3.8 Sociedades.

3.9 Fundações.

3.10 Grupos despersonalizados.

3.11 Desconsideração da personalidade jurídica.

3.12 Responsabilidade da pessoa jurídica e dos sócios.

4 Bens.

4.1 Diferentes classes.

4.2 Bens Corpóreos e incorpóreos.

4.3 Bens no comércio e fora do comércio.

5 Fato jurídico.

6 Negócio jurídico.

6.1 Disposições gerais.

6.2 Classificação e interpretação.

6.3 Elementos.

- 6.4 Representação.
- 6.5 Condição, termo e encargo.
- 6.6 Defeitos do negócio jurídico.
- 6.7 Existência, eficácia, validade, invalidade e nulidade do negócio jurídico.
- 6.8 Simulação.
- 7 Atos jurídicos lícitos e ilícitos.
- 8 Prescrição e decadência.
- 9 Prova do fato jurídico.
- 10 Do direito das obrigações: modalidades das obrigações. Transmissão. adimplemento e extinção. Inadimplemento.
- 11 Contratos.
 - 11.1 Princípios.
 - 11.2 Classificação.
 - 11.3 Contratos em geral.
 - 11.4 Disposições gerais.
 - 11.5 Interpretação.
 - 11.6 Extinção.
 - 11.7 Espécies de contratos regulados no Código Civil.
- 12 Direitos reais.
 - 12.1 Espécies.
- 13 Do Direito de Família: direito pessoal, casamento, relações de parentesco, da dissolução da sociedade e do vínculo conjugal; da proteção da pessoa dos filhos; do poder familiar; dos Alimentos; da Tutela, Curatela, e da Tomada de Decisão Apoiada.
- 14 Do direito das Sucessões: sucessão em geral. Sucessão legítima. Sucessão testamentária. Inventário e partilha.
- 15 Lei nº 8.069/1990 e suas alterações (Estatuto da Criança e do Adolescente).
- 16 Lei nº 10.741/2003 e suas alterações (Estatuto do Idoso).
- 17 Lei nº 8.078/1990 e suas alterações (Código de Defesa do Consumidor);

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

- 1 Lei nº 13.105/2015 e suas alterações (Código de Processo Civil).
- 2 Normas processuais civis.
- 3 A jurisdição.
- 4 A Ação.

- 4.1 Conceito, natureza, elementos e características.
- 4.2 Condições da ação.
- 4.3 Classificação.
- 5 Pressupostos processuais.
- 6 Preclusão.
- 7 Sujeitos do processo.
 - 7.1 Capacidade processual e postulatória.
 - 7.2 Deveres das partes e procuradores.
 - 7.3 Procuradores.
 - 7.4 Sucessão das partes e dos procuradores.
 - 7.5 Litisconsórcio.
- 8 Intervenção de terceiros.
- 9 Poderes, deveres e responsabilidade do juiz.
- 10 Ministério Público.
- 11 Advocacia Pública.
- 12 Defensoria Pública.
- 13 Atos processuais.
 - 13.1 Forma dos atos.
 - 13.2 Tempo e lugar.
 - 13.3 Prazos.
 - 13.4 Comunicação dos atos processuais.
 - 13.5 Nulidades.
 - 13.6 Distribuição e registro.
 - 13.7 Valor da causa.
- 14 Tutela provisória.
 - 14.1 Tutela de urgência.
 - 14.2 Disposições gerais.
- 15 Formação, suspensão e extinção do processo.
- 16 Processo de conhecimento e do cumprimento de sentença.
 - 16.1 Procedimento comum.
 - 16.2 Disposições Gerais.
 - 16.3 Petição inicial.
 - 16.4 Improcedência liminar do pedido.
 - 16.5 Contestação, reconvenção e revelia.
 - 16.6 Providências preliminares e de saneamento.
 - 16.7 Julgamento conforme o estado do processo.
 - 16.8 Provas.

- 16.9 Sentença e coisa julgada.
- 16.10 Cumprimento da sentença.
- 16.11 Disposições Gerais.
- 16.12 Cumprimento.
- 16.13 Liquidação.
- 17 Processos de execução.
- 18 Processos nos tribunais e meios de impugnação das decisões judiciais.
- 19 Disposições finais e transitórias.
- 20 Mandado de segurança.
- 21 Ação popular.
- 22 Ação civil pública.
- 23 Ação de improbidade administrativa.
- 24 Teoria Geral dos Recursos. Recursos em espécie. Das ações de família. Do divórcio e da separação consensuais, da extinção consensual de união estável. Da interdição. Das disposições comuns à tutela e à curatela. Resolução nº 036/2016 do Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça, alterada pela Resolução nº 040/2017/OECPJ (Disciplina e Regulamenta a instauração e tramitação dos feitos extrajudiciais cíveis nas questões de interesses ou direitos difusos, coletivos, individuais homogêneos e individuais indisponíveis no âmbito do Ministério Público do Ceará, estabelece o fluxograma desses feitos).

DIREITO PENAL

- 1 Princípios aplicáveis ao Direito Penal.
- 2 Aplicação da lei penal. Do crime. Imputabilidade penal.
 - 2.1 A lei penal no tempo e no espaço.
 - 2.2 Tempo e lugar do crime.
 - 2.3 Interpretação da lei penal.
 - 2.4 Analogia.
 - 2.5 Irretroatividade da lei penal.
 - 2.6 Conflito aparente de normas penais.
- 3 Ilícitude.
- 4 Culpabilidade.
- 5 Concurso de Pessoas. Das medidas de segurança.
- 6 Penas.
 - 6.1 Espécies de penas.

- 6.2 Cominação das penas.
- 7 Ação penal.
- 8 Punibilidade e causas de extinção.
- 9 Prescrição.
- 10 Crimes contra o patrimônio.
- 11 Crimes contra a fé pública.
- 12 Crimes contra a Administração Pública.
- 13 Crimes contra a dignidade sexual.
- 14 Crimes contra a família.
- 15 Lei nº 8.072/1990 e suas alterações (Crimes hediondos).
- Lei nº 9.605/1998 e suas alterações (Crimes contra o meio ambiente).
- 16 Lei nº 9.613/1998 e suas alterações (Lavagem de dinheiro).
- 17 Disposições constitucionais aplicáveis ao direito penal.
- 18 Crimes e sanções penais na licitação (Lei nº 8.666/1993 e suas alterações).
- 19 Crimes de responsabilidade fiscal (Lei nº 10.028/2000).
- 20 Lei nº 9.455/1997 e suas alterações (Crimes de tortura).
- 21 Crimes previstos na Lei nº 11.343/2006 e suas alterações.
- 22 Lei nº 11.340/2006 e suas alterações.
- 23 Lei nº 12.850/2013 e suas alterações.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

- 1 Processo penal brasileiro; processo penal constitucional.
- 2 Sistemas e princípios fundamentais.
- 3 Aplicação da lei processual no tempo, no espaço e em relação às pessoas.
- 3.1 Disposições preliminares do Código de Processo Penal.
- 4 Fase pré-processual.
- 4.1 Inquérito policial.
- 5 Processo, procedimento e relação jurídica processual.
- 5.1 Elementos identificadores da relação processual.
- 5.2 Formas do procedimento.
- 5.3 Princípios gerais e informadores do processo.
- 5.4 Pretensão punitiva.
- 5.5 Tipos de processo penal.
- 6 Ação penal.
- 7 Ação civil Ex Delicto.

- 8 Jurisdição e competência.
- 9 Questões e processos incidentes.
- 10 Prova.
- 11 Sujeitos do Processo.
- 12 Prisão, medidas cautelares, e liberdade provisória e prisão temporária (Lei nº 7.960/1989 e suas alterações).
- 13 Citações e intimações.
- 14 Atos processuais e atos judiciais.
- 15 Procedimentos.
 - 15.1 Processo comum; processos especiais; Lei nº 8.038/1990 – normas procedimentais para os processos perante o Superior Tribunal de Justiça (STJ) e o Supremo Tribunal Federal (STF).
- 16 Lei nº 9.099/1995 e suas alterações e Lei nº 10.259/2001 e suas alterações (juizados especiais cíveis e criminais).
- 17 Prazos.
 - 17.1 Características, princípios e contagem.
- 18 Nulidades.
- 19 Recursos em geral.
- 20 Habeas corpus e seu processo.
- 21 Normas processuais da Lei nº 7.210/1984 e suas alterações (execução penal).
- 22 Disposições gerais do Código de Processo Penal.
 - Procedimentos previstos na Lei nº 11.343/2006 e suas alterações.
 - Lei nº 11.340/2006 e suas alterações.
 - Lei nº 12.850/2013 e suas alterações.
 - Jurisprudência aplicada dos tribunais superiores.
 - Resolução nº 003/2012 do Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça, alterada pela Resolução nº 052/2019/OECPJ (Disciplina e Regulamenta a instauração e tramitação do procedimento investigatório criminal).

CANAIS

Já nas redes sociais, você pode contar com o nosso apoio em canais atualizados diariamente que oferecem notícias completas e conteúdos direcionados sobre concursos de todo o Brasil. Fique ligado!



BONS ESTUDOS!



aprova
concursos

0800 727 6282

www.aprovaconcursos.com.br

aprova